

**Validade e fidedignidade na Testagem Psicológica:**

**Percepção de peritos da área.**

Ingrid Araújo Siqueira



**Validade e fidedignidade na Testagem Psicológica:**

**Percepção de peritos da área.**

Monografia apresentada na Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES) do Uniceub, como parte dos requisitos para obtenção da Graduação em Psicologia. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Daniela Borges Lima de Souza

Brasília

Dezembro de 2017

**Validade e fidedignidade na Testagem Psicológica:**

**Percepção de peritos da área.**

Monografia apresentada na Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES) do Uniceub, como parte dos requisitos para obtenção da Graduação em Psicologia. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Daniela Borges Lima de Souza

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Daniela Borges Lima de Souza

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Manuela Ramos Caldas Lins

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Fabiana Queiroga

Brasília  
Dezembro de 2017

## Agradecimentos

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”. (Eclesiastes 3:1). Esse versículo resume todo o misto de sentimentos que emanaram durante a graduação e que me trouxe a convicção de que a vontade D’Ele é boa, perfeita e agradável. Com isso, início os meus agradecimentos a Ele que me concedeu o dom da vida e a aptidão em adquirir conhecimento. Também gostaria de deixar registrado os meus fortes e sinceros agradecimentos àqueles que deram apoio e tornaram possível a concretização desse trabalho e grande sonho.

A profa. Daniela Borges que sempre esteve disponível em compartilhar sua experiência e conhecimento durante a construção desse trabalho. Além de sempre ter direcionamentos assertivos, palavras sábias e ainda conseguir transmitir a sua tranquilidade que nos acalmava a cada orientação.

Aos membros da banca por terem aceitado prontamente esse convite para assim contribuir com o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

A profa. Fabiana Queiroga que me acompanhou durante todo o estágio supervisionado e que foi peça fundamental para que eu pudesse ter um melhor direcionamento nesse último semestre. Sempre atenta a ouvir as preocupações recorrentes e que com seu jeito peculiar conseguia transformar a “carga” mais leve.

Ao prof. Otavio Abreu que despertou em mim o interesse pela área de Avaliação Psicológica, por meio de suas aulas e compartilhamento de experiências.

A todos os professores da graduação em Psicologia do UniCeub que tive a oportunidade de conhecer. Cada um com seu jeitinho contribuiu para a minha formação profissional.

A minha família, por estarem sempre presentes e por compreender os momentos de ausência sem deixar de demonstrar o amor que tem por mim. Agradeço especialmente aos meus pais, Kennedy e Elza, que se sacrificaram em prol do meu desenvolvimento pessoal e profissional e que sempre me cobriram de amor e orações, facilitando assim a caminhada para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço ao meu irmão Irving, companheiro desde o útero para a vida inteira, que sempre demonstrou seu apoio e cumplicidade.

Ao meu noivo e futuro esposo Pedro, que acompanha a minha jornada para formação desde o início da graduação. Agradeço imensamente a compreensão diária durante todos esses anos, por ouvir e acolher as minhas angústias e preocupações, por me ensinar a buscar o equilíbrio, e acima de tudo por me incentivar a ser minha melhor versão a cada dia.

A Cynthia, minha gestora, colega de profissão e grande amiga, que foi peça fundamental para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Que há pouco mais de cinco anos atrás viu um potencial em mim que ainda não tinha enxergado e que conseguiu transformar aquela menininha em uma profissional apaixonada pelo que faz.

Por fim, aos meus amigos por sempre me apoiaram, seja de forma presencial ou à distância, que compreenderam a minha ausência para me dedicar a essa pesquisa e que me mantiveram animada a todo instante.

## Resumo

A presente pesquisa buscou compreender a relevância da validade e fidedignidade inseridas em uma avaliação psicológica a partir da percepção de profissionais peritos da área. Deter o conhecimento desses pressupostos psicométricos impacta diretamente na forma de aplicação dos instrumentos psicológicos, uma vez que ao estudar sobre esses constructos o profissional transmite mais credibilidade ao processo avaliativo, além de apresentar um maior domínio para replicar esses instrumentos psicológicos, assim uma avaliação confiável e baseada em teorias consistentes. Para alcançar o objetivo da pesquisa, adotou-se o método qualitativo e a análise de dados secundários, ou seja, foram analisadas as falas de peritos em avaliação psicológica, por meio de vídeos previamente selecionados a fim de promover a discussão sobre a temática escolhida. A fala dos profissionais foi selecionada por meio da análise de conteúdo de Bardin e dividida em quatro categorias que buscam responder o objetivo da pesquisa. As categorias surgidas na pesquisa foram: “Habilitação para utilizar a Avaliação Psicológica e instrumentos psicológicos”, “Conhecimentos de um perito em Avaliação Psicológica”, “Cuidados primordiais para realizar uma avaliação psicológica” e “Desafios atuais da Avaliação Psicológica”. Por meio dessas categorias identificou-se por fim que o psicólogo é a “chave” para o sucesso dos resultados obtidos em uma avaliação psicológica, pois é o profissional habilitado para prática de avaliação, além de deter o conhecimento técnico e ético das implicações do processo avaliativo.

**Palavras-chaves:** *avaliação psicológica, testes psicológicos, validade, fidedignidade*

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	5
<b>Avaliação Psicológica: Campos de Atuação e Implicações éticas</b> .....	13
<b>Lacunas de Pesquisa: Conceitos de Validade e Fidedignidade</b> .....	18
<b>Método</b> .....	28
Participantes .....	29
Instrumentos.....	32
Procedimentos de Coleta.....	33
Procedimentos de Análise.....	35
<b>Resultados</b> .....	38
<b>Discussão</b> .....	45
<b>Considerações Finais</b> .....	49
<b>Referências</b> .....	50

## Introdução

A avaliação psicológica pode ser considerada como uma das áreas mais antigas da psicologia. O estudo pelo desenvolvimento de testes psicológicos se intensificou no século XIX na Europa e nos Estados Unidos, uma vez que aumentava gradativamente o interesse pelo tratamento de pessoas que apresentavam transtornos mentais e emocionais (Anastasi & Urbina, 2000).

Para a viabilização do cuidado das pessoas que apresentavam esses transtornos, surgiu a necessidade de padronizar o processo de admissão e qualificação dos profissionais que iriam cuidar desses pacientes já diagnosticados a fim de alcançar o objetivo do tratamento (Anastasi & Urbina, 2000).

A necessidade de avaliar e classificar o desempenho dos indivíduos se estendeu para o campo organizacional, quando na época da revolução industrial, surgiu à necessidade de selecionar de forma mais eficaz os trabalhadores para as indústrias nascentes. Passando pela área militar, a avaliação psicológica também se fazia presente, onde era necessário selecionar soldados mais qualificados. Por fim, pelo campo escolar, que começou a utilizar a testagem psicológica, por meio da introdução do teste de inteligência desenvolvido por Binet, classificando assim as crianças de acordo com a sua habilidade e qualificando os alunos como lentos ou rápidos (Anastasi & Urbina, 2000).

Já no Brasil, o contexto histórico da avaliação psicológica está estritamente interligado com a história da psicologia no Brasil, que teve seu surgimento no século XX. Pasquali e Alchieri (2001) separaram a história da avaliação psicológica no Brasil em cinco grandes períodos, que são:

Primeiro período, que ocorreu de 1836 a 1930 e fortemente caracterizado pela Produção Médico-Científica. Nesse período os autores definiram três aspectos para o



desenvolvimento dos testes psicológicos, sendo eles: o surgimento da psicologia como um novo campo de estudo da faculdade de medicina, estando relacionado à neurologia, psiquiatria e saúde mental. O uso da psicologia nas escolas, tendo como foco os estudos sobre a memória, inteligência infantil e psicomotricidade. E o último aspecto foi o surgimento de centros de pesquisa psicobiológica em instituições da área da saúde.

Segundo período, que ocorreu de 1930 a 1962 e teve como destaque a criação das primeiras universidades e o início da organização da psicologia como ensino, pesquisa e profissão. Com a fundação de algumas universidades, os princípios da psicologia foram difundidos em outros cursos da época, como: medicina, filosofia, direito e administração. Além da criação das universidades, houve o incentivo na criação de laboratórios de psicologia e na realização de pesquisas no campo psicológico fora do ambiente acadêmico. Segundo Pasquali e Alchieri (2001), os instrumentos mais utilizados nessas pesquisas eram testes psicológicos de inteligência, aptidão, inventário de personalidade e testes projetivos, os quais proporcionaram um aumento significativo de estudos e artigos publicados sobre a avaliação psicológica no país.

Terceiro período, que ocorreu de 1962 a 1970, com a regulamentação da psicologia como disciplina e profissão (Lei nº 4.119 de 1962), originando assim a criação do Sistema Conselhos que compreende no Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) de acordo com a lei 5.766 de 1974. Essa lei caracteriza os Conselhos como personalidade jurídica de direito público e detentora de autonomia administrativa e financeira. A presença do CFP corroborou para o fortalecimento da atuação do profissional de psicologia no Brasil, pois desde seu início é o órgão responsável pela elaboração e aprovação do Código de Ética do psicólogo, além de atuar como tribunal superior da ética profissional e realizar demais atividades dentre elaboração de resoluções e instruções necessárias para as boas práticas da profissão em nível nacional. Para assegurar o

bom funcionamento das resoluções e leis aprovadas pelo CFP, os Conselhos Regionais de Psicologia atuam em nível estadual e se remetem constantemente ao CFP.

Quarto período, que ocorreu entre os anos de 1970 a 1990 e cujo acontecimento predominante é a expansão da psicologia com o surgimento de cursos de pós-graduação em psicologia, porém esse crescimento foi marcado pela presença de alguns entraves, sendo um deles a falta de profissionais qualificados para ministrar os cursos de graduação e pós-graduação em psicologia. Essa situação gerou impacto inclusive na área de avaliação psicológica, aumentando o desinteresse por essa área que é exclusiva da psicologia, apresentando como consequência a diminuição da quantidade de artigos e estudos realizados, banalizando assim os instrumentos de testagem psicológica.

E por fim, o período atual, esse período foi marcado pelo crescimento avassalador da tecnologia e a fácil divulgação de conteúdos na internet provocou a exposição de técnicas e instrumentos psicológicos a profissionais não habilitados corroborando ainda mais para a banalização dessa ciência. Nesse momento, as repercussões negativas dos testes psicológicos geraram a mobilização dos profissionais da área, em especial do CFP. Apesar das dificuldades, algumas mobilizações foram e vem sendo realizadas em prol de promover a avaliação psicológica e garantir a validade e fidedignidade dela. Com isso, foram criados o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), além de normas e leis criadas e regidas pelo CFP (Bueno & Ricarte, 2017).

Diante do contexto histórico da avaliação psicológica no Brasil nota-se que atualmente há desafios eminentes na área de avaliação psicológica e oportunidades para o desenvolvimento da ciência. Com isso, para compreender os fundamentos da avaliação

psicológica é necessário entender o seu conceito e distingui-lo de testagem psicológica, uma vez que trata-se de um termo amplo (CFP, 2007).

O termo avaliação psicológica pode ser definido como um processo técnico científico integrado, no qual se apropria de estratégias psicológicas para diagnosticar e interpretar o fenômeno psicológico, tendo assim subsídios para propor intervenções (CFP, 2007).

Segundo a Cartilha de Avaliação Psicológica, emitida pelo CFP em 2007, a avaliação psicológica é um processo que abrange um conjunto de informações provenientes de diversas fontes que captam e proporcionam a análise do fenômeno psicológico. Para a viabilização da avaliação psicológica e melhor compreensão da dinâmica do indivíduo com a sociedade, o psicólogo adota determinadas estratégias, dentre elas, entrevistas, testes e observações, para realizar o levantamento de informações. Visando garantir a integralidade da avaliação psicológica se faz necessário que os resultados obtidos reflitam os aspectos históricos, sociais e culturais do indivíduo avaliado (Andrade & Sales, 2017).

Já a testagem psicológica, por sua vez, é caracterizada como a prática da aplicação de testes psicológicos de diferentes tipos, sendo assim considerada uma das etapas da avaliação psicológica. Os testes psicológicos foram definidos por meio da Resolução nº 005/2012 do CFP, como instrumentos de mensuração de características psicológicas de uso exclusivo do psicólogo para fins de realização de diagnóstico.

Compreendendo a diferença entre avaliação e testagem psicológica é possível assim prosseguir nos desdobramentos apresentados pelo processo avaliativo, que consiste em: planejamento da avaliação psicológica e as etapas que compõem esse processo. O planejamento da avaliação psicológica é da responsabilidade do psicólogo, uma vez que é o profissional que avalia e adota as técnicas e teorias mais coerentes ao fenômeno psicológico analisado. Esse planejamento da avaliação psicológica consiste na escolha dos testes

psicológicos que serão utilizados de acordo com o contexto de aplicação da avaliação psicológica, dos objetivos da avaliação e dos fenômenos psicológicos que serão analisados (CFP, 2013).

Com isso, têm-se discutido no âmbito da psicologia, as diretrizes norteadoras que originam uma avaliação psicológica ética e eficaz, uma vez que é levado em consideração o seu impacto sobre o psiquismo do indivíduo. Para viabilizar a realização de uma avaliação psicológica regulamentada, o CFP aponta alguns passos essenciais em sua Cartilha de Avaliação Psicológica (2007), sendo eles:

A primeira etapa consiste no levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo ou grupo a ser avaliado, ou seja, a entrevista inicial com o indivíduo ou com o grupo apresenta como objetivo a identificação do motivo da solicitação da avaliação psicológica. Compreender o motivo que leva o indivíduo a se submeter a uma avaliação facilita a escolha das estratégias mais adequadas para se alcançar os objetivos estabelecidos da avaliação psicológica. A escolha das estratégias e dos testes psicológicos precisa ser baseada em um referencial teórico, apresentando o objetivo da avaliação de forma clara, podendo ser: clínico, profissional, educacional, forense, entre outros. Além de apresentar em sua finalidade o diagnóstico, indicações de tratamento e prevenção (Ocampo *et al*, 2005).

Arzeno (2003), nessa primeira etapa, apresenta como passo primordial a identificação junto ao indivíduo do motivo que o levou a realizar uma avaliação psicológica (motivo latente) e o sintoma apresentado por ele que o preocupa ou preocupa terceiros (motivo manifesto). A justificativa apresentada pelo referido autor para priorizar o levantamento dessas duas informações é a forma como a pessoa irá se engajar no processo de avaliação psicológica e a facilidade em levantar as hipóteses iniciais da avaliação.

A segunda etapa é a coleta de informações pelos métodos e técnicas escolhidas. Nessa etapa faz-se necessário o detalhamento das estratégias escolhidas para a realização da avaliação psicológica. A integração das informações coletadas por meio dos instrumentos escolhidos deve ser ampla a fim de cumprir com os objetivos pretendidos pelo processo avaliativo, por isso o CFP não recomenda a utilização de uma única técnica ou instrumento para a avaliação.

Já em um terceiro momento se realiza a integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais. Nessa etapa é realizada a análise das informações coletadas a fim de elaborar hipóteses explicativas ou identificar a necessidade de utilizar outras estratégias para refinar essas hipóteses.

Para Arzeno (2003), essa etapa consiste no estudo integrado do material obtido nas entrevistas, nos testes e na história clínica, para aquisição mais completa da demanda apresentada. Exige-se do profissional pleno domínio teórico-metodológico do fenômeno psicológico analisado, visando identificar informações que convergem e divergem em prol de alcançar o objetivo da avaliação.

A quarta etapa é dedicada à elaboração da síntese conclusiva da avaliação e a comunicação cuidadosa dos resultados. Essa etapa é extremamente relacionada à resolução nº 007/2003 do CFP, onde o profissional precisa ter conhecimento a respeito da elaboração de diagnóstico e do laudo a ser entregue ao cliente. Ponderando também as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo, onde instituem a forma mais adequada de se realizar uma entrevista de devolução.

Ainda baseado nessa resolução do CFP, para que o teste psicológico esteja em condições de uso é necessário que atenda aos seguintes pré-requisitos: considerar os princípios éticos abordados no Código de Ética do Psicólogo, a integralidade dos fenômenos

sociais e culturais do indivíduo e avaliar os condicionantes socioeconômicos que influenciam a dinâmica do trabalho, o processo de exclusão social e o desemprego. Além disso, é necessário que os instrumentos escolhidos possam ser aplicáveis em contextos e propósitos para os quais os estudos indiquem resultados favoráveis, ou seja, o fato do instrumento ser validado pelo SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos), que é o órgão responsável por acompanhar e validar a veracidade dos instrumentos psicológicos, não significa que o teste possa ser utilizado em qualquer contexto (CFP, 2007).

Diante da complexidade e das implicações éticas inseridas em um processo de avaliação psicológica, em 1962 foi aprovada a Lei 4.119/62 que restringe ao psicólogo o uso de métodos e técnicas psicológicas para fins de elaboração de diagnóstico, uma vez que é o profissional capacitado para realizar a aplicação dessas estratégias com base no Código de Ética do Psicólogo. Além de ser o profissional que detém do conhecimento necessário para analisar os fenômenos psicológicos e identificar as implicações subjetivas e sociais decorrentes das avaliações.

Porém, é válido ressaltar que atualmente vem-se discutido sobre a utilização de instrumentos psicológicos por profissionais de outras categorias, como profissionais das áreas de pedagogia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, entre outros. Atualmente o CFP possui uma lista de testes psicológicos exclusivos ao uso do psicólogo uma vez que apresenta por finalidade o diagnóstico, e há outros instrumentos psicológicos que “não são exclusivos” ao uso do psicólogo, ou seja, esses profissionais de outras áreas podem utilizar os instrumentos indicados pelo CFP sem incorrer em exercício ilegal da profissão (CRP-PR, 2015).

Diante disso, o conhecimento para aplicação da avaliação psicológica para fins de diagnóstico é inerente à formação do psicólogo, uma vez que o estudo sobre avaliação psicológica e testagem psicológica está presente no processo de formação do psicólogo,

consequentemente sendo o único profissional autorizado a realizar a prática do processo avaliativo. Dentre as competências desenvolvidas na graduação para a realização de uma avaliação psicológica, destacam-se: conhecimento da legislação do país sobre avaliação psicológica e o código de ética do psicólogo, dos fundamentos básicos de psicologia (desenvolvimento humano, inteligência, memória, atenção, raciocínio, emoção, dentre outros), domínio sobre os conceitos de psicopatologia, além de ter conhecimento de psicometria, das formas de aplicação, interpretação e correção dos instrumentos psicológicos e das orientações para elaboração de laudos (CFP, 2013).

Contudo, há psicólogos que vão além das competências descritas acima e esses são considerados peritos em avaliação psicológica. Segundo o dicionário Aurélio, perito é um “profissional qualificado que tem um grande domínio sobre o assunto ou disciplina. Portanto, trata-se de um especialista que apresenta conhecimentos que lhe permitem avaliar uma situação com rigor e objetividade”. No campo da Psicologia, os psicólogos peritos em avaliação psicológica, não apenas conhecem o processo de avaliação, como também desenvolvem o instrumento e realizam propostas de aplicação.

Por se apropriarem do conhecimento para criação de um instrumento de testagem psicológica, os peritos ao construírem um novo instrumento de avaliação precisam seguir uma série de preceitos, no entanto, dois deles foram destacados nessa pesquisa e referem-se à qualidade dos testes psicológicos, que são: validade e fidedignidade. Segundo Urbina (2007), validade pode ser definida como “o grau em que todas as evidências acumuladas corroboram para alcançar a interpretação pretendida dos escores de um teste para os fins propostos”. Ambiel e Carvalho (2017) complementam trazendo os conceitos das fontes que geram as evidências da validade, que são referentes ao conteúdo do instrumento, a sua estrutura interna, as variáveis externas (teste-critério), a relação da resposta do participante com os estímulos provenientes do instrumento e, por fim, as consequências da testagem psicológica.

Urbina (2007) também traz o conceito de fidedignidade como sinônimo de confiabilidade. Quando o termo fidedignidade é aplicado no campo de avaliação psicológica ele se norteia pela consistência e precisão dos resultados do processo de mensuração. Porém, é válido ressaltar que a qualidade da fidedignidade não se refere aos instrumentos psicológicos propriamente ditos e sim nos resultados obtidos por meio deles.

Portanto, a presente pesquisa apresenta como objetivos: a busca pela compreensão da percepção de profissionais peritos em avaliação psicológica sobre a validade e fidedignidade dos instrumentos psicológicos, a compreensão da relevância em ter um psicólogo com domínio nesses conceitos psicométricos a frente de uma avaliação psicológica e a compreensão dos desafios atuais da área.

### **Avaliação Psicológica: Campos de Atuação e Implicações Éticas.**

Atualmente o campo de atuação do psicólogo especializado em avaliação psicológica tem crescido gradativamente. As áreas mais tradicionais da psicologia já apresentam um campo destinado ao profissional da avaliação psicológica, como: realização de psicodiagnósticos clínicos, avaliação psicoeducacional e recrutamento e seleção de pessoas. Porém, no decorrer do tempo surgiram novas áreas que também passaram a exigir a realização de um processo avaliativo, como: avaliação para fins de trânsito, avaliação para porte ou registro de armas, para candidatos à cirurgia bariátrica ou cirurgia plástica, em concursos públicos, entre outros. (CFP, 2007).

Na área da psicologia organizacional, a avaliação psicológica é utilizada no subsistema de recrutamento e seleção e para avaliação de aspectos a serem desenvolvidos no trabalho. A seleção de pessoas é iniciada por meio da compreensão da descrição do cargo e quais competências esse cargo exige. Logo em seguida é dado o início ao processo de recrutamento, etapa de extrema importância, pois nela é realizada a captação de candidatos potencialmente



capacitados para preencher cargos disponíveis em uma organização (Cobêro, Pereira & Primi, 2003).

Ao identificar que o candidato apresenta características compatíveis com as competências exigidas na função é dado o início ao processo de seleção. Anastasi e Urbina (2000) denominam esse processo de seleção como análise de função, que busca compreender e identificar as características do candidato, sendo qualidades e defeitos, que podem contribuir ou interferir em seu desempenho futuro. Segundo as autoras, a análise das características do candidato é baseada por meio da identificação dos KSAO's, que traduzindo ao português, são os conhecimentos, habilidades, capacidades e outras características incluindo atitudes e hábitos apresentados pelo candidato.

Na preparação de um processo seletivo devem ser consideradas medidas que avaliem todas as características consideradas importantes na análise da função, ou seja, que os instrumentos de avaliação adotados sejam potenciais preditores de um determinado comportamento futuro. Com isso, para que seja realizado o levantamento dessas informações são utilizados alguns recursos, como: entrevistas, provas situacionais e testes psicológicos. (Cobêro, Pereira & Primi, 2003).

A escolha de um teste psicológico como instrumento de avaliação deve ser realizada pelo psicólogo e este deve avaliar se o instrumento irá atender o objetivo da avaliação. É essencial que o psicólogo busque os melhores instrumentos disponíveis para cada objetivo desejado, avaliando as características psicométricas dos instrumentos, como a validade e fidedignidade dos constructos a fim de garantir o cumprimento das questões éticas implicadas (Pasquali, 1999).

Com isso, dentre os questionamentos levantados sobre a avaliação nas organizações, Cobêro, Pereira e Primi (2003) trazem uma indagação ao estudo da validade dos testes psicológicos utilizados em processos seletivos. O ponto de análise dos autores parte da perspectiva que para que uma avaliação psicológica seja eficaz no contexto organizacional se faz necessário comprovar que todos os candidatos são considerados aptos à função, proporcionando assim um ambiente igualitário para realização da avaliação evitando assim a exclusão e discriminação dos candidatos.

Já no contexto clínico, a avaliação psicológica derivou um novo conceito de avaliação, denominada psicodiagnóstico. O psicodiagnóstico é um procedimento científico que analisa características e fenômenos psicológicos por meio da intervenção clínica. O planejamento dessa intervenção clínica compreende na formação de um diagnóstico psicológico baseado na fundamentação teórico do constructo psicológico a ser estudado gerando assim um prognóstico com os devidos encaminhamentos (Krug, Treniti & Bandeira, 2016).

Ainda nesse contexto, Araújo (2007) também traz que o uso dos testes psicológicos tornou-se um complemento de outros procedimentos clínicos que passaram a ser realizados, visando integrar as informações levantadas com a história clínica do paciente. Porém, a avaliação psicológica e os diagnósticos gerados por meio dessa análise ganharam destaque de acordo com as crescentes críticas a respeito dos instrumentos psicológicos utilizados, como: a falta de preparo e domínio científico do profissional, a validade do instrumento psicológico, o mau uso e elaboração inadequada de laudos psicológicos, que em algumas situações “rotulam” e se utilizam de jargões psicológicos sem fundamentação teórica.

Essa implicação ética voltada para a elaboração desenfreada de diagnósticos também é uma das críticas apontadas na área da educação, uma vez que nessa área normalmente a avaliação é diretamente relacionada a uma medida de nível de aprendizagem, buscando

compreender as condições de raciocínio, o movimento de raciocínio operatório, personalidade, além de identificar aspectos de desempenho pedagógico. Nesse campo, outros métodos também são utilizados para complementar a avaliação, como: história clínica da criança ou adolescente entrevista com os pais e com a escola (CFP, 2007). Raad e Ximenes (2013) apresentam uma crítica sobre o uso indiscriminado e com pouco embasamento teórico dos testes psicológicos nas escolas, que apresenta como consequência a “fábrica” de diagnósticos, classificando as pessoas em dois grupos: normais (comportamentos observados com maior frequência) e anormais (comportamentos que estão fora dessa normalidade).

Diante de tantos entraves éticos e críticas a respeito dos instrumentos psicológicos nas mais diversas áreas de atuação do psicólogo, surgiu à necessidade de ter órgãos que avaliam a qualidade dos instrumentos psicológicos utilizados. Com isso, em 1998, fundou-se o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) por meio da iniciativa de psicólogos pesquisadores que tinham experiência em conduzir estudos relacionados à construção, à análise e à validação de testes psicológicos no Brasil. O IBAP busca promover ações em prol da melhoria da qualidade dos testes e da avaliação psicológica no país por meio de publicações regulares na revista científica *Revista Avaliação Psicológica*, além de organizar congressos e eventos que incentivam a produção científica e a reunião de profissionais em torno do tema (Caixeta & Silva, 2014).

Ainda com o intuito de preservar a atuação do psicólogo e promover a validade dos instrumentos psicológicos, o CFP criou em 2001 o SATEPSI (Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos), com o objetivo de certificar os testes psicológicos como aptos ou inaptos para o uso profissional, a partir da análise dos cumprimentos de requisitos básicos, como: fundamentação teórica, validade, fidedignidade e normatização. O SATEPSI apresenta como meta, a elevação da qualidade dos instrumentos psicológicos utilizados nas avaliações,

os quais não apresentavam anteriormente embasamento teórico e estudo comprobatório dos fundamentos científicos apresentados (Cobêro, Pereira & Primi, 2003).

Ao longo da consolidação do SATEPSI, o sistema foi aos poucos sendo reconhecido pelos profissionais de psicologia que compreenderam os objetivos e reconheceram os avanços e benefícios propiciados pelo sistema. Dentre os avanços reconhecidos podem ser destacados o incentivo de pesquisas na área de testagem psicológica, tanto pelos psicólogos como pelas editoras e o aumento da qualidade dos manuais de aplicação de testes. Apesar do reconhecimento adquirido pelos profissionais da categoria, foram identificadas algumas lacunas que constituem os desafios atuais de aprimoramento do sistema de avaliação dos instrumentos psicológicos. Os principais entraves identificados são relacionados aos requisitos mínimos e definição de teste psicológico (CFP, 2010).

O questionamento levantado referente aos requisitos mínimos está relacionado ao nível de exigência atual que é considerado baixo. Como o próprio requisito sugere, os testes psicológicos precisam alcançar as condições mínimas para obter o parecer de aprovação, com isso alguns testes obtiveram aprovação com pontuação mínima, apresentando grandes limitações e impactos em sua aplicação. E esses mesmos testes estão classificados como aprovados da mesma forma que uma grande diversidade de testes psicológicos que apresentaram instrumentos e manuais com alta qualidade e que foram além das exigências mínimas (CFP, 2010).

O outro desafio encontrado pelo SATEPSI é a definição de testes psicológicos. Segundo o art.13 da Lei nº 4.119/1962, uma vez que o teste é classificado como teste psicológico, esse instrumento passa a ter seu uso e comercialização privativa aos psicólogos. Porém, por apresentar uma definição ampla, a avaliação pode incluir vários instrumentos, alguns que apresentam características interdisciplinares. Por esse motivo há pesquisadores e

profissionais de outras áreas da saúde que defendem que o uso da avaliação não poderia ser totalmente restrito aos psicólogos. Para exemplificar tal ponto de vista, pode-se citar como exemplo a psiquiatria, área na qual é comum o uso de escalas de avaliação de humor para realizar diagnósticos psiquiátricos (CFP, 2010).

### **Lacunas de Pesquisa: Conceitos de Validade e Fidedignidade.**

Ao analisar as propostas do SATEPSI, lacunas de pesquisa foram identificadas a respeito do critério “requisitos mínimos” para aprovação dos testes psicológicos. Sabe-se que para um teste psicológico ser aprovado é necessária a verificação da fundamentação teórica, validade, fidedignidade e normatização do instrumento (CFP, 2010). Com isso, para melhor compreensão desse estudo se faz necessário aprofundar o conhecimento na análise dos conceitos empíricos de validade e fidedignidade.

Ao estudar sobre os fundamentos da validade nota-se que o processo de legitimação do instrumento psicológico é composto do conceito de validade e de práticas de validação. Para Zumbo e Chan (2014), o conceito de validade e o processo de validação são tópicos primordiais quando se inicia um processo de mensuração de instrumentos psicológicos.

Para os autores, o conceito de validade equivale à qualidade de ilações e conclusões realizadas com base nos escores alcançados por meio da utilização do instrumento. Há autores que trazem o conceito clássico de validade, como Anastasi e Urbina (2007), que caracterizam que a validade compreende a análise do que teste mede e o quão eficaz o teste é em sua aplicação.

Já a prática de validação é caracterizada como um processo que busca identificar as evidências de validade que apoiam as decisões tomadas com base no contexto em que o instrumento será aplicado e suas respectivas inferências (Zumbo & Chan, 2014). Para

complementar, Erthal (2009) caracteriza os processos de validação como as relações entre a prática do teste e outros aspectos relacionados a características do comportamento do participante.

Segundo Primi, Muniz e Nunes (2009), o processo de validação de testes psicológicos é um desdobramento do processo geral da validação das teorias psicológicas por meio da formulação de hipóteses da verificação da relação entre a teoria e os fatos analisados de forma empírica.

Com isso, buscar a compreensão dos limites de um instrumento psicológico é de grande valia para obtenção de uma avaliação psicológica ética e confiável. Demonstra o cuidado que o psicólogo tem em realizar uma interpretação válida das informações obtidas do teste, gerando assim resultados coerentes (Ambiel & Carvalho, 2017).

Muniz (2004) menciona que no processo de validação do instrumento não se buscam mais pela “santíssima trindade da validade”, que são os conceitos de validade referente ao conteúdo, critério e constructo. Essa definição de validade foi inicialmente questionada por Messick (1986), que alega que as validades de conteúdo e critério estão interligadas a validade de constructo. Devido a esses questionamentos, propostas de reformulação conceitual foram realizadas a fim de caracterizar o termo validade de constructo como sinônimo de validade, tornando-se assim um termo abrangente.

Devido ao conceito abrangente de validade, outros questionamentos e propostas de reformulação conceitual foram realizadas a fim de garantir a essência do objetivo do processo de validação. Com isso, o termo “tipos de validade” foi substituído por “evidências de validade”, uma vez que o termo evidências propiciou a inclusão das variadas formas de estudar e mensurar o instrumento em relação a sua validade (Primi, Muniz & Nunes, 2009).

Diante disso, Ambiel e Carvalho (2017) destacam os conceitos mais atuais referentes aos tipos de evidências de validade que apresentam como objetivo a busca pela identificação do grau de fundamentação e sustentação teórica que as interpretações propostas dos itens apresentam.

As evidências baseadas no conteúdo são constituídas da amostra representativa dos comportamentos apresentados pelo indivíduo. Apresenta como objetivo averiguar se o conteúdo do instrumento apresenta os constructos que se deseja mensurar. Com isso, é necessário que os itens expressem fielmente o objetivo do instrumento e que os pré-requisitos de aplicação do teste sejam esclarecidos antes da sua realização (Pasquali, 2004). O processo para identificação dessa evidência de validade é composto por uma análise de juízes, ou seja, profissionais peritos no assunto ou teoria abordada no instrumento dão o seu parecer em relação à equivalência dos itens com a teoria abordada (Ambiel & Carvalho, 2017).

A segunda fonte de evidência de validade está relacionada à estrutura interna dos instrumentos psicológicos, ou seja, é referente à forma de disposição dos itens em fatores maiores. O processo de identificação dessa evidência de validade é realizado por análise fatorial, composto por meio do agrupamento dos itens que apresentam relação entre si. Com isso, agrupar os itens do instrumento psicológico em diversos fatores propicia uma interpretação mais aprofundada dos resultados (Ambiel & Carvalho, 2017).

A terceira fonte de evidência citada por Ambiel e Carvalho (2017) está relacionada às variáveis externas. Essa fonte de evidência consiste em estabelecer relações dos resultados obtidos no teste com outros indicadores externos, como: escores de outros testes e observações. A comparação dos escores busca analisar a relação do constructo avaliado no teste com outros constructos, analisado por outros testes, derivando assim a evidência denominada de convergente ou divergente. A evidência convergente apresenta possibilidade

de estar analisando constructos semelhantes, apresentando assim correlação mais forte. Já a evidência divergente apresenta correlações mais fracas, mostrando que os instrumentos comparados apresentam constructos diferentes.

Outra vertente dentro da análise das variáveis externas é a validade de critério, com base na relação teste-critério. Nesse conceito, o critério é caracterizado como uma medida de um atributo, operacionalmente diferente, mas relacionado com o desempenho do teste (AERA, APA & NCME, 2014). A evidência de validade relacionada ao critério pode ser medida por meio do grau de eficácia que o teste tem em prever o desempenho do indivíduo. A performance do participante na atividade proposta torna-se o critério por meio do qual a validade do teste será avaliada. A validade de critério pode ser subdividida em: validade preditiva e validade concorrente (Pacico & Hutz, 2015).

A validade preditiva ocorre quando o teste é aplicado anteriormente à aparição do desempenho, ou seja, quando os escores do teste e do critério são identificados em momentos diferentes. Já a validade concorrente ocorre quando os escores do teste e do critério são obtidos quase simultaneamente, por exemplo, quando se é aplicado dois instrumentos psicológicos similares numa mesma sessão (Pacico & Hutz, 2015).

A penúltima fonte de evidência de validade compreende as evidências obtidas da relação da resposta do indivíduo com os estímulos oferecidos no teste. Segundo Ambiel e Carvalho (2017), esse tipo de evidência de validade é incomum na literatura e pesquisas nacionais, porém é essencial no processo de validação de um instrumento psicológico, pois busca compreender o desempenho do participante no teste, valorizando mais o processo de resolução das questões do que a resposta em si. Essa evidência de validade pode ser identificada por meio entrevistas, observações, grupos focais, acompanhamento do tempo de resolução das questões e registro dos movimentos oculares (Padilla & Benítez, 2014).



A quinta e última fonte de evidência de validade está relacionada às consequências da testagem psicológica, ou seja, com o intuito ético busca compreender os efeitos dos instrumentos psicológicos na vida das pessoas e instituições. Segundo Primi, Muniz e Nunes (2009), essa evidência de validade não retrata a validade técnica do instrumento, e sim os seus efeitos, sendo positivos ou negativos. Um exemplo desse tipo de evidência de validade é a avaliação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que ocorre em âmbito nacional em busca de melhorias no formato educacional do ensino médio, oferecendo ao aluno aprovado a possibilidade de entrada em uma universidade, consequência de grande valia social (Ambiel & Carvalho, 2017).

Complementando o objetivo de verificar a aplicabilidade de um teste psicológico, os itens presentes nos instrumentos psicológicos também são avaliados no quesito que tange a fidedignidade, a fim de verificar se o instrumento é livre de “erros de medida”. Toda e qualquer intervenção psicológica realizada por meio de instrumentos psicológicos e observação implicará erros, ou seja, as técnicas e testes utilizados podem apresentar limitações e fatores que impedem o profissional a ter acesso ao constructo avaliado. Essas limitações são chamadas de erros de medida (Ambiel & Carvalho, 2017).

Ambiel e Carvalho (2017) aprofundam esse conceito quando defendem a visão de que para compreender o conceito de fidedignidade é necessário saber sobre os erros de medida. Com isso os autores alegam que toda a avaliação ou teste que visa avaliar constructos psicológicos apresentam erros de medida, porém a presença desses erros não implicará na interpretação dos resultados obtidos se a quantidade de erros for limitada e conhecida pelo profissional que estará aplicando o teste.

Pacico e Hutz (2015) aprofundam a explicação sobre o erro de mensuração explicando que o erro é resultante da equação  $\text{escore observado} - \text{escore verdadeiro}$ . O escore

observado é aquele obtido pelo participante durante a testagem psicológica, já o escore verdadeiro é aquele em que o participante deveria obter, mas não foi identificado no teste. Nessa equação o erro é caracterizado por fatores específicos que não foram mensurados e que podem fazer o participante apresentar um desempenho diferente, sendo superior ou inferior, ao real nível de habilidade.

Dentre esses fatores específicos que podem impactar no desempenho do indivíduo pode-se mencionar: cansaço, fome, sonolência, ruídos, conversas durante a aplicação do instrumento, dentre outros aspectos, que podem diminuir o desempenho do participante no teste. Já aspectos relacionados a ter o conhecimento prévio da forma de aplicação do teste e de como solucionar suas questões pode aumentar o desempenho dos participantes. Outros fatores apontados como influenciadores no desempenho do participante estão relacionados à forma de aplicação do teste, como: instruções inadequadas para realização do teste, erros de análise e correção inadequada dos escores obtidos (Pacico & Hutz, 2015).

Pasquali (2004) alega que os erros obtidos na aplicação do instrumento psicológico são derivados da própria observação do aplicador ou da amostragem dos participantes na qual a medida foi realizada. Os erros derivados da observação são: erros instrumentais devido a inadequações do instrumento de observação, erros pessoais de cada participante que se deriva das diferentes formas de se reagir sob a mesma situação, erros sistemáticos que estão relacionados a fatores de limitação física, humana ou do instrumento durante a aplicação e erros aleatórios que possuem causa desconhecida.

Também há erros de amostragem são referentes à escolha dos indivíduos para constituir a amostra de pesquisa, os quais são indicados para representar uma população de eventos ou objetos que estão sendo analisados. Ainda nesse contexto, Urbina (2007) aponta seis fontes de erros de medida que podem aparecer em um instrumento psicológico, que são:

O primeiro erro citado pela autora é a “diferença entre avaliadores” que corresponde ao erro de medida que corresponde às variações de resultados que possuem origem nas diferentes percepções subjetivas dos avaliadores.

O segundo erro refere-se ao “erro de amostragem de tempo” que está relacionado às alterações dos constructos avaliados durante o tempo, ou seja, podem ocorrer variações de resultados em um determinado momento do tempo e não em outro.

Em seguida, o terceiro erro mencionado pela autora é o “erro de amostragem de conteúdo” que indica a variabilidade dos traços que podem influenciar os escores do teste resultantes de fatores aleatórios relacionados ao conteúdo de determinados itens.

O quarto erro é denominado como “inconsistência entre itens”. Esse erro de medida está relacionado aos erros encontrados nos escores que são consequência de alterações de conteúdo nos itens ao longo do teste.

O quinto erro de medida chama-se “heterogeneidade de conteúdo”, ou seja, são os erros resultantes da inclusão de itens que exploram o conhecimento de conteúdos ou constructos psicológicos que diferem daqueles explorados pelos demais itens do mesmo teste.

Por fim, o sexto erro de medida identificado pela autora é referente à combinação do “erro de amostragem de tempo” com o “erro de amostragem de conteúdo”. Esses dois erros de medida podem ser estimados de forma combinada para os testes que solicitam ao mesmo tempo estabilidade temporal e consistência de escores.

Tendo por base a compreensão de erros de medida, Urbina (2007) traz o conceito de fidedignidade como sinônimo de confiabilidade e precisão, ou seja, livre de erros de medida. Ambiel e Carvalho (2017) destacam que não há testes psicológicos isentos de erros de

medida, mas espera-se que o instrumento apresente o mínimo de erros possíveis, e que esses erros sejam quantificados e identificados propiciando uma melhor interpretação dos resultados.

Mesmo com a possível presença de erros, há formas de avaliar o grau de fidedignidade apresentado pelo instrumento psicológico. Urbina (2007) menciona que a fidedignidade é uma característica dos escores obtidos e não do teste em si. E quando esse conceito é aplicado ao contexto de testes e medidas, se faz necessário que os resultados obtidos no processo de mensuração sejam consistentes. De forma que se o teste for reproduzido com as mesmas pessoas e grupos, mantendo condições similares de aplicação, os escores alcançados sejam razoavelmente semelhantes.

Como mencionado, ao averiguar a fidedignidade dos escores de um teste psicológico não se pretende encontrar resultados que sejam rigorosamente semelhantes, e sim verificar quais medidas confiáveis o instrumento pode proporcionar para que os resultados sejam similares quando houver a aplicação do teste sob as mesmas condições de contexto, sujeito e objeto de estudo (Erthal, 2009). Com isso, quanto mais parecidos forem os resultados alcançados por meio de aplicações distintas do mesmo instrumento, maior será a fidedignidade do teste, e quanto mais diferentes forem os resultados obtidos, menor será a fidedignidade do teste (Zanon & Hauck, 2015).

Segundo Erthal (2009), a fidedignidade apresenta três aspectos fundamentais a serem observados durante sua mensuração, que são: precisão, estabilidade e homogeneidade. A precisão busca medir o instrumento sem erro, analisando o máximo possível do constructo estudado, procurando assim diminuir o erro de mensuração. A estabilidade visa reproduzir diferentes fenômenos, buscando apresentar pouco erro de mensuração em momentos diferentes de aplicação. E a homogeneidade analisa se todos os itens presentes no teste

medem o mesmo aspecto. Com isso, na Tabela 1, Urbina (2007) relaciona as medidas de fidedignidade mais apropriadas para cada fonte de erro de medida, que são:

**Tabela 1.** Fontes de Erro de Mensuração e Medidas de Fidedignidade.

<b>Fontes de Erro</b>	<b>Tipo de teste propenso a cada fonte de erro</b>	<b>Medidas apropriadas para estimar erros</b>
Diferença entre avaliadores	Testes avaliados com algum grau de subjetividade.	Fidedignidade do avaliador
Erros de amostragem de tempo	Testes de traço ou comportamento relativamente estáveis.	Fidedignidade do teste-reteste e coeficiente de estabilidade
Erros de amostragem de conteúdo	Testes para os quais a consistência de resultados é desejada como um todo.	Fidedignidade de forma alternativa ou pelo método das metades
Inconsistência entre itens	Testes que requerem a consistência entre os itens.	Fidedignidade pelo método das metades ou medidas mais rígidas de consistência alta
Inconsistência entre itens e heterogeneidade de conteúdo combinados	Testes que requerem a consistência e homogeneidade entre os itens.	Medidas de consistência interna e evidências adicionais de homogeneidade
Erros de amostragem de tempo e conteúdo combinados	Testes que requerem estabilidade e consistência dos resultados do item como um todo.	Fidedignidade de forma alternativa com intervalo.

Fonte: Fundamentos da Testagem Psicológica. (Urbina, 2007).

A primeira forma de avaliar o nível de fidedignidade é por meio da “fidedignidade do avaliador” que é um método que incide a avaliação de pelo menos dois avaliadores diferentes a respeito dos escores de um mesmo teste. Se houver concordância no parecer desses dois avaliadores a respeito do resultado obtido no instrumento psicológico, pode-se classificar que não há erro de medida em relação a diferentes avaliadores.

A segunda forma é caracterizada como “fidedignidade do teste-reteste” que refere-se a quão semelhantes os resultados de um teste são quando aplicados em momentos diferentes, levando assim a indicar o grau de generalização que os resultados podem apresentar ao longo do tempo (estabilidade temporal).

Já a terceira forma é denominada como “fidedignidade de forma alternativa” que procura identificar a quantidade de erros nos resultados do teste que são derivados da amostragem de conteúdo. Esse tipo de fidedignidade pode ser verificado a partir da aplicação do instrumento, na mesma amostra. Dependendo das características do teste a aplicação pode ser feita simultaneamente ou de forma alternada. A verificação da equivalência é feita pela correlação entre os resultados obtidos.

A quarta forma é “fidedignidade pelo método das metades” que consiste em aplicar um mesmo teste a um grupo e criar dois escores para cada participante, dividindo assim o teste pela metade, visando correlacionar as partes e posteriormente identificar relações entre os resultados.

A quinta forma de avaliar o nível de fidedignidade é por meio das “medidas de consistência interna” que é um procedimento estatístico que busca avaliar as inconsistências entre os itens de um teste, ou seja, avalia se o instrumento apresenta itens que propiciam respostas muito diferentes dos demais itens.

Por fim, a sexta e última forma é caracterizado por “fidedignidade de forma alternativa com intervalo” que pode ser realizada quando duas ou mais formas alternativas do mesmo teste são aplicadas em momentos diferentes, separados por um intervalo de tempo determinado, a um ou mais grupos de indivíduos.

Diante dessas medidas de avaliação da fidedignidade dos resultados dos testes psicológicos, o SATEPSI utiliza em sua avaliação quatro delineamentos para verificação da fidedignidade e diminuição dos erros de mensuração, que são: fidedignidade do avaliador, fidedignidade do teste-reteste, fidedignidade de forma alternativa e medidas de consistência interna (CFP, 2010).

## Método

A pesquisa realizada é qualitativa com análises de dados secundários. Dados secundários são, por definição, informações publicadas anteriormente que não foram coletadas e analisadas visando cumprir os objetivos da presente pesquisa, porém estão disponíveis para serem consultadas. Diante disso, foram selecionados vídeos já publicados que abordam a temática da pesquisa buscando auxiliar na condução da análise dos resultados e discussão.

Segundo Loizos (2003), para analisar as informações obtidas por meio de vídeos e filmes, o pesquisador deve seguir um planejamento que viabilize a veracidade dos dados coletados. Tendo como primeira etapa desse planejamento a investigação sistemática do *corpus* de pesquisa, que consiste em definir as falas que serão analisadas de acordo com o embasamento teórico abordado na pesquisa a fim de padronizar a coleta das informações.

Na presente pesquisa se fez necessário compreender os conceitos abordados na fundamentação teórica para que o planejamento de pesquisa fosse elaborado. Para facilitar a escolha das falas transmitidas pelos participantes do vídeo optou-se por elaborar um instrumento que teve como base o objetivo da pesquisa visando selecionar informações que fossem consideradas como respostas para a pergunta de pesquisa.

Em seguida, o Loizos (2003) sugere criar um sistema de anotações detalhadas informando o porquê que certas ações ou sequências de ações devem ser categorizadas de um modo específico, ou seja, os dados coletados serão colocados à prova, por meio de questionamentos, a fim de confirmar se realmente se enquadram na temática abordada no estudo. Com isso, o conteúdo extraído da fala dos participantes do vídeo foi identificado e categorizado pelo método de análise de conteúdo de Bardin, que será detalhado posteriormente.

**Participantes:**

A pesquisa foi realizada por meio da análise de conteúdo das falas dos profissionais peritos em avaliação psicológica presentes nos vídeos selecionados para compor o método da pesquisa. Ao todo são seis peritos participantes dos vídeos integrantes da pesquisa, que são:

Psicólogo Prof. João Carlos Alchieri – Psicólogo professor associado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutor em Psicologia pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1325459110950508>. (Vídeo 1 - “*Entre Nós – Avaliação da Psicologia*” (<https://www.youtube.com/watch?v=asBtAZJxA3g>)).

Psicólogo Prof. Cícero Emidio Vaz - Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Livre-Docente em Técnicas Psicológicas. Doutor em Psicologia pela PUC-RS. Fez Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Berkley (USA). Foi professor titular da PUC-RS e dedicou suas pesquisas em Avaliação Psicológica utilizando os instrumentos psicológicos Rorschach e Zulliger (Z-Teste). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2607449190132701>. (Vídeo 1 - “*Entre Nós – Avaliação da Psicologia*” (<https://www.youtube.com/watch?v=asBtAZJxA3g>)).

O vídeo 1 denominado *Entre Nós – Avaliação da Psicologia* é um programa de entrevistas em que representantes do Conselho Federal de Psicologia e profissionais da área da psicologia abordam temas relacionados ao dia a dia da Psicologia pelo país, além de ser um espaço onde o CFP transmite seu posicionamento sobre os assuntos abordados, uma vez que é uma autarquia federal que orienta, fiscaliza e disciplina a profissão de psicólogo. Ações, comissões, eventos, espaços de formação, entre outras áreas de atuação do Conselho, são temas comentados frequentemente pelos profissionais entrevistados.



Psicóloga Profa. Dra. Monalisa Muniz - Doutora e Mestre em Psicologia, área de Avaliação Psicológica, pela Universidade São Francisco. Professora adjunta do departamento de psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Cognição (LADHECO). Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9444899939943716>. (Vídeo 2: *“I Ciclo de diálogos sobre as práticas da Avaliação Psicológica - Instrumentos Psicológicos”*

(<https://www.youtube.com/watch?v=NERBqE16nbs>).

O vídeo 2 refere-se ao evento *“Ciclo de Diálogos sobre a prática da Avaliação Psicológica”* foi realizado pelo Conselho Regional do Mato Grosso do Sul (CRP – 14). A palestra ministrada pela Profa. Dra. Monalisa Muniz teve como temática a construção de instrumentos psicológicos, os impactos éticos, a validade e fidedignidade dos instrumentos construídos.

Psicóloga Patrícia Fagundes Caetano – Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora especialista em Avaliação Psicológica em concurso público e atua com análise profissiográfica e mapeamento de competência. Experiência em psicometria e na construção e validação de instrumentos e testes psicológicos. Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5909810326144558>. Vídeo 3: *“Avaliação Psicológica nos Processos Seletivos Públicos”* (<https://www.youtube.com/watch?v=WbWIWZDu2EA>).

Psicóloga Profa. Cristiane Faiad – Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), coordenadora do grupo de pesquisa em Avaliação Psicológica em segurança pública. Apresenta uma larga experiência em psicometria, com ênfase em construção e validação de medidas, escalas e testes psicológicos atuando em seleção de pessoas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5240057556076011>. Vídeo 3:

*“Avaliação Psicológica nos Processos Seletivos Públicos”*

(<https://www.youtube.com/watch?v=WbWIWZDu2EA>).

O vídeo 3 consiste em um debate a respeito da temática de *“Avaliação Psicológica nos Processos Seletivos Públicos”* e foi de iniciativa da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) com o apoio do CFP.

Psicóloga Profa. Dra. Acácia Aparecida Angeli dos Santos – Graduação em Psicologia e mestrado em Psicologia Clínica pela PUC de Campinas. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Professora titular da Universidade São Francisco na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e integrante do Conselho Federal de Psicologia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3914656553853164>.

Vídeo 4: *“I Ciclo de diálogos sobre as práticas da Avaliação Psicológica - Linhas teóricas da avaliação”* (<https://www.youtube.com/watch?v=Q3NLMrtG75Q>).

O vídeo 4 refere-se ao evento *“Ciclo de Diálogos sobre a prática da Avaliação Psicológica”* realizado pelo Conselho Regional do Mato Grosso do Sul (CRP – 14). A palestra ministrada pela Profa. Dra. Acácia Aparecida apresentou como temática as linhas teóricas da avaliação psicológica, críticas, questões técnicas e éticas, dificuldades na formação do psicólogo em avaliação psicológica e os principais desafios.

Sendo assim, a Tabela 2 sintetiza e apresenta as características dos participantes, referente às variáveis de idade, sexo, e grau de instrução:

**Tabela 2.** Característica dos peritos participantes dos vídeos.

Variável	Frequência	Porcentagem
<b>Idade</b>		
31 a 40	3	50%
51 a 60	1	17%
61 a 70	2	33%
<b>Sexo</b>		
Masculino	2	33%
Feminino	4	67%
<b>Grau de Instrução</b>		
Mestrado	6	100%
Doutorado	5	83%

### **Instrumentos:**

Neste estudo, foi utilizado um formulário para viabilizar a análise da fala dos peritos nos vídeos selecionados. O formulário (Apêndice A) é composto por cinco questões norteadoras que buscam compreender o conceito de avaliação e testagem psicológica, suas formas de aplicação, críticas e desafios atuais da área. Além disso, o formulário visa identificar na fala dos peritos a percepção de cada um referente à qual profissional é habilitado para realizar uma avaliação psicológica, quais conhecimentos esse profissional precisa possuir, o contexto de aplicação e utilização de testes psicológicos e como garantir a validade e fidedignidade dos resultados obtidos no teste.

Como forma de potencializar a análise do conteúdo dos vídeos, o formulário foi validado por um profissional perito em avaliação psicológica, que não compõe o quadro de participantes da pesquisa, porém cumpre com os requisitos para ser considerado um perito, apresentando mais de quarenta anos de experiência em diversas áreas da psicologia

trabalhando com avaliação psicológica. Para habilitação da participação desse profissional na validação do formulário de análise, o perito concordou com os termos da pesquisa.

Esse profissional perito em avaliação psicológica exerceu a função de juiz de validação, uma vez que as ponderações realizadas pelo profissional, com base em sua experiência e conhecimento, possibilitaram ajustes e adaptações na estrutura do formulário.

Com isso, o formato final do instrumento é um formulário composto por cinco questões que foram detalhadas na Tabela 3.

**Tabela 3.** Síntese dos elementos de análise do formulário.

Questões	Elementos de análise
1. O que é ser perito em Avaliação Psicológica?	Diz respeito ao profissional que é autorizado e habilitado para realizar uma Avaliação Psicológica e quais características esse profissional deve apresentar para ser considerado como um perito da área.
2. Quais são as potencialidades e atuais desafios da área de Avaliação Psicológica?	Refere-se à análise dos pontos positivos da avaliação psicológica e dos pontos a desenvolver que impossibilitam o crescimento e investimento em pesquisas da área.
3. Quais são os cuidados primordiais para se fazer cumprir os princípios de validade e fidedignidade do instrumento?	Compreende na investigação da importância do profissional habilitado ter conhecimento sobre esses conceitos de psicometria (validade e fidedignidade).
4. Qual a importância de zelar pelo uso de instrumentos válidos e fidedignos?	Compreende no impacto que esses conceitos de psicometria inferem nos instrumentos psicológicos.
5. Quais cuidados tomar no momento da escolha do instrumento psicológico?	Diz respeito às orientações para escolha do instrumento mais adequado para aplicação visando cumprir com as normas éticas e com o objetivo da avaliação.

### **Procedimentos de coleta:**

A amostra adotada para compor a pesquisa foram vídeos que apresentam como conteúdo o debate sobre avaliação psicológica, seu conceito, importância dos conceitos de validade e fidedignidade formas de aplicação, críticas e desafios atuais da área. Além de

apresentar esse conteúdo, os requisitos de escolha dos vídeos para compor a pesquisa foram: ser um vídeo institucional do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ou de Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), os participantes do vídeo serem peritos da área e dialogar sobre avaliação psicológica, por fim, para promover uma discussão atual e com mais propriedade os vídeos precisariam ser recentes, respeitando prazo máximo de três anos de publicação.

Para selecionar os vídeos correspondentes à temática central da pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “*avaliação psicológica*”, “*testes psicológicos*” e “*conselho federal de psicologia*”.

Utilizando as palavras-chaves e os critérios adotados para a escolha dos vídeos, foram identificados oito vídeos que *a priori* cumpriram com um dos requisitos mínimos para que pudessem ser incluídos como material de coleta da pesquisa. Dois oito vídeos identificados, apenas quatro vídeos foram selecionados para que o seu conteúdo fosse estudado e a fala de seus participantes analisada e categorizada.

Os outros quatro vídeos que não foram inseridos na pesquisa fazem parte de um ciclo de palestras proporcionado pelo CRP do Rio de Janeiro onde reuniram profissionais para debater sobre a avaliação psicológica, porém os vídeos não cumprem o requisito de tempo de postagem, uma vez que o evento ocorreu há mais de seis anos, podendo assim comprometer a discussão dos dados da pesquisa.

Diante disso, para que o conteúdo do vídeo fosse escolhido para contribuir para a presente pesquisa se fez necessário assisti-los, por no mínimo, duas vezes. O primeiro contato com o conteúdo do vídeo apresentou o objetivo de verificar se o material cumpria com todos os critérios escolhidos para o recolhimento das informações. E o segundo contato com o vídeo teve por finalidade a categorização das falas dos participantes por meio do formulário a fim de

viabilizar a análise das informações apresentadas. No momento da categorização das falas dos participantes foram excluídas articulações de outros participantes que não condizem com os critérios mencionados.

### **Procedimentos de análise:**

Inicialmente foi realizada análise de conteúdo pelo método da Bardin (1977/2009) a fim de identificar as semelhanças entre as percepções transmitidas na fala dos peritos. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) consiste em três etapas cronológicas para a organização do material coletado, que são: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (Bardin, 2009).

A primeira etapa da análise de conteúdo é denominada de pré-análise e essa fase consiste na escolha dos documentos que serão submetidos à discussão e a formulação de hipóteses, por meio da análise flutuante, que busca sistematizar os dados a fim de facilitar a interpretação do conteúdo (Bardin, 2009).

Aplicando esse conceito para a pesquisa realizada fez-se necessário estudar a teoria em que a pesquisa é baseada e o objetivo apresentado por ela, propiciando assim à seleção de vídeos que apresentassem conteúdos pertinentes a pesquisa, tais como: debate sobre avaliação psicológica, seu conceito, importância dos conceitos de validade e fidedignidade, formas de aplicação, críticas e desafios atuais da área. Ainda na etapa de pré-análise houve necessidade de estabelecer pré-requisitos de seleção dos vídeos. Os pré-requisitos escolhidos foram baseados no objetivo da pesquisa, visando garantir a produção de uma análise de conteúdo consistente e relevante.

Após a triagem do conteúdo transmitido pelos peritos que participaram dos vídeos escolhidos deu-se início a segunda etapa da análise de conteúdo. Essa segunda fase consiste na exploração do material selecionado e a definição de suas categorias e codificações.

Com as vertentes do objetivo da pesquisa devidamente categorizadas deu-se assim início a terceira e última etapa da análise de conteúdo de Bardin. A terceira etapa consiste na interpretação e correlação das categorias resultando assim no tratamento estatístico desses resultados, possibilitando a elaboração de tabelas e/ou gráficos que apresentam de forma sistematizada as informações oferecidas para a análise e discussão da pesquisa (Bardin, 2009).

## Resultados

Nessa sessão serão apresentadas as informações coletadas por meio da análise de conteúdo do relato dos peritos nos vídeos selecionados para compor a pesquisa. A análise desses dados gerou quatro categorias, seguindo a sistemática exemplificada na Tabela 4.

**Tabela 4.** Descrição das categorias identificadas na análise de conteúdo.

<b>Núcleos de Sentido</b>	<b>Categorias</b>	<b>Definição Constitutiva</b>
“A avaliação psicológica é inerente ao psicólogo, necessitamos fazer avaliação psicológica...”. Muniz (Vídeo 2)	Habilitação para utilizar Avaliação Psicológica e instrumentos psicológicos.	Diz respeito à habilitação e autorização do profissional para utilizar instrumentos psicológicos e realizar avaliações psicológicas.
“A avaliação psicológica é de uso exclusivo dos psicólogos...” Fagundes (Vídeo.3)		
“Conhecer psicometria, disciplinas de teorias psicológicas, delineamento de pesquisa e disciplinas estatísticas...” Muniz (Vídeo 2)	Conhecimentos de um perito em Avaliação Psicológica.	Diz respeito a quais conhecimentos o psicólogo precisa apresentar para ser um perito em avaliação psicológica.
“Amplia-se o conhecimento na área construindo novos instrumentos...” Santos (Vídeo 4)		
“Ao escolher um instrumento psicológico é necessário pensar no ser humano, na cultura, questões sociais e no constructo que será avaliado.” Muniz (Vídeo 2)	Cuidados primordiais ao realizar uma avaliação psicológica.	Implicações éticas da avaliação psicológica e o que se deve fazer manter a validade e fidedignidade dos testes psicológicos.
“Postura ética do psicólogo em zelar pela exclusividade do teste psicológico ao psicólogo...” Fagundes (Vídeo 3)		
“O planejamento da avaliação psicológica irá garantir resultados válidos e fidedignos...” Santos (Vídeo 4)		
“Nós não temos uma boa formação, muito difícil incluir a avaliação psicológica dentro das disciplinas”. Santos (Vídeo 4)	Desafios atuais da Avaliação Psicológica.	Atuais desafios que dificultam o avanço da ciência.
“Falta de incentivo no processo de formação continuada do psicólogo...” Alchieri (Video 1)		
“Banalização dos testes na internet...” Fagundes (Vídeo 3)		

Por se tratar de análise de conteúdo de dados secundários é válido ressaltar que os vídeos apresentam particularidades entre si, dado a contextos diferentes dos quais são provenientes, tais como: os psicólogos são de diferentes áreas de atuação em psicologia, por isso foi analisado à aplicação da avaliação psicológica no contexto de atuação de cada



profissional de acordo com o discurso produzido por eles. A fala dos peritos de cada vídeo foi mediada pelos profissionais diferentes, com isso o discurso produzido pelos peritos seguiu o roteiro estipulado de seu respectivo evento, de forma que em cada vídeo foram abordadas temáticas diferentes sobre avaliação psicológica.

Portanto, para promover melhor compreensão dos dados levantados, as quatro categorias identificadas serão detalhadas abaixo:

A primeira categoria de análise é “*Habilitação para utilizar a Avaliação Psicológica e instrumentos psicológicos*”, ou seja, quais são os requisitos a serem cumpridos para o exercício da avaliação psicológica e a autorização para a utilização dos instrumentos psicológicos. O discurso dos peritos a respeito dessa categoria foi semelhante, identificando como padrão de resposta que a avaliação psicológica é inerente ao psicólogo, ou seja, os profissionais formados em psicologia detêm o conhecimento exclusivo para a realização da avaliação psicológica. Alchieri (Vídeo 1), reforça que a avaliação psicológica é intrínseca ao estudo do comportamento humano, com isso se faz necessário que o psicólogo almeje especializações e realize cursos de curta duração para aperfeiçoar a sua expertise em avaliação psicológica, uma vez que essa área é pouco estudada na graduação.

A segunda categoria de análise é “*Conhecimentos de um perito em Avaliação Psicológica*”. Essa categoria apresenta como objetivo a identificação de pré-requisitos que viabilizam o conhecimento mais especializado sobre avaliação psicológica. Muniz (Vídeo 2) traz constantemente em sua fala que para obter um nível de conhecimento mais especializado em avaliação psicológica é necessário ter conhecimento de várias áreas da psicologia, pois para a construção ou aplicação de um instrumento psicológico é primordial conhecer a área que será avaliada, o objetivo do instrumento utilizado, quem será a amostra da pesquisa, entre outros dados. Um dos exemplos citados pela profissional é relacionado à construção e

aplicação de um instrumento psicológico de raciocínio indutivo para crianças de 06 a 10 anos. Tanto para a construção quanto para a aplicação do teste, o psicólogo precisa apresentar domínio sobre raciocínio indutivo, desenvolvimento infantil, aprendizagem, entre outras áreas relacionadas. Tendo assim domínio do constructo que será avaliado e da amostra que irá participar do estudo possibilitando uma melhor coleta de informações para a avaliação.

Santos (Vídeo 4) complementa que o estudo e a prática na construção de novos instrumentos psicológicos propicia o aprofundamento nas mais variadas áreas de conhecimento da psicologia assim como citado por Muniz (Vídeo 2), elevando assim a expertise do profissional a respeito da área.

A terceira categoria de análise é “*Cuidados primordiais ao realizar uma avaliação psicológica*”. Muniz (Vídeo 2), traz que o domínio do constructo a ser avaliado e do instrumento psicológico é essencial para o sucesso de sua aplicação. A especialista traz como reflexão que a avaliação psicológica e os testes psicológicos não rotulam, quem rotula é o psicólogo que em algumas situações não apresenta competência suficiente para aplicação do instrumento e suas técnicas. Diante dessa crítica é notório identificar o posicionamento da especialista em relação ao conhecimento que o psicólogo precisa ter antes de iniciar uma avaliação, uma vez que o psicólogo é a peça fundamental no processo de avaliação psicológica, pois é através do seu conhecimento sobre o constructo e o instrumento utilizado que poderá ser realizada uma interpretação assertiva dos dados.

Muniz (Vídeo 2) menciona a importância de aplicar o teste psicológico conforme orientado pelo manual, pois qualquer alteração realizada impacta na validade do instrumento. Seguindo as orientações do manual, o teste psicológico poderá fornecer resultados propícios para realizar uma interpretação válida sobre o constructo psicológico. A especialista ainda menciona que não há testes psicológicos que sejam totalmente isentos de erros, com isso para

garantir a fidedignidade dos resultados, aconselha-se a aplicar mais de um instrumento psicológico agregado a observação, constituindo assim uma avaliação psicológica.

Santos (Vídeo 4) complementa que para preservar a validade e fidedignidade dos escores obtidos pelo instrumento psicológico é necessário que o psicólogo tenha realizado um planejamento prévio da avaliação psicológica a fim de identificar os aspectos afetivos emocionais, cognitivos, de desenvolvimento e o contexto social do indivíduo. Pois só tendo conhecimento desses aspectos o profissional poderá definir qual instrumento será aplicado visando avaliar o constructo de forma mais assertiva.

Por fim, Fagundes (Vídeo 3) aponta a postura ética do profissional de psicologia como um dos fatores essenciais para garantir a validade e fidedignidade do instrumento. O psicólogo precisa assegurar a aplicabilidade do instrumento psicológico, de forma que informações dos testes não se tornem banalizadas e de fácil acesso a internet. Pois uma vez que o participante tenta mascarar seu desempenho durante a realização do teste psicológico, os resultados atingidos não irão corresponder com a realidade, tornando-se assim inválidos.

A quarta e última categoria de análise é *“Desafios atuais da Avaliação Psicológica”*, ou seja, quais são os atuais desafios que prorrogam o avanço da ciência e da pesquisa na área. Alchieri (Vídeo 1) menciona que um dos atuais desafios da avaliação psicológica está relacionado a formação continuada dos profissionais de psicologia, ou seja, atualmente há um desfalque na formação do psicólogo na graduação em relação a avaliação psicológica e também há um desfalque na procura em especializações na área. Devido ao aumento da complexidade dos casos vivenciados pelos pacientes que procuram uma avaliação psicológica se faz necessário que o psicólogo busque informações além das obtidas na graduação. Essa precariedade relacionada ao conhecimento técnico dos psicólogos em relação à avaliação

psicológica impacta diretamente na produção de novos instrumentos psicológicos e avanço das pesquisas.

Muniz (Vídeo 2) ainda traz a importância da formação continuada, pois não há instrumentos psicológicos totalmente finalizados, eles estão em constante adaptação e validação, pois a sociedade muda e a forma de avaliação dos constructos precisam acompanhar essa mudança tão dinâmica. Já Santos (Vídeo 4) alega como desafio para os profissionais no âmbito acadêmico, a promoção da discussão da avaliação psicológica com outros saberes da psicologia, uma vez que na graduação não há espaço suficiente para aprofundar o conhecimento em avaliação psicológica.

Santos (Vídeo 4) prossegue com suas ponderações em relação aos desafios atuais alegando que há a necessidade da promoção e incentivo de pesquisas na área, construção de novos laboratórios em avaliação psicológica e a retomada de alguns projetos do SATEPSI, como a disponibilização das fichas técnicas dos instrumentos psicológicos aprovados pelo sistema. A especialista explica que foi realizada uma checagem de todos os instrumentos que receberam o parecer favorável do sistema, e essa checagem compreende na contextualização da teoria do constructo avaliado com os itens do teste, além de possuir comentários dos avaliadores subsidiando assim os psicólogos no momento da escolha dos instrumentos a serem utilizados na avaliação.

Saindo das críticas voltadas ao contexto acadêmico e de formação do profissional e partindo para o contexto de seleção de pessoas, Fagundes (Vídeo 3), pontua como desafio para área de avaliação psicológica a banalização dos instrumentos psicológicos, principalmente os testes utilizados em processos seletivos de concursos públicos. A especialista traz o dado estatístico referente aos testes de personalidade e alega que 100% dos instrumentos psicológicos que avaliam esse constructo, aprovados pelo SATEPSI, estão

disponíveis na internet com seus respectivos manuais e orientações de aplicação e resolução. Como já mencionado, o fácil acesso aos manuais e formas de resolução dos testes faz com que os resultados reais sejam mascarados, tornando assim os resultados inválidos.

Por fim, ainda nesse contexto de seleção de pessoas em concursos públicos, Faiad (Vídeo 3) relata que um dos maiores desafios da área é atender aos dois saberes: o da psicologia e o da justiça. A especialista ainda pontua que atualmente há decisões jurídicas que colocam em prova a psicologia como ciência, como: decisões jurídicas que autorizam que o candidato inapto passe por novos processos avaliativos até que ele se torne apto no processo, de forma que nesses novos processos de avaliação o candidato irá realizar os mesmos testes psicológicos do concurso de origem. Também é mencionado como um dos desafios para a área o fato da justiça deter o poder de limitar de técnicas de avaliação, alegando que determinadas às técnicas são subjetivas e por isso não podem ser utilizadas, impactando diretamente na atuação do psicólogo.

## Discussão

Retomando o objetivo desse trabalho que foi compreender a percepção de peritos em avaliação psicológica a respeito dos conceitos de validade e fidedignidade e identificar os seus desdobramentos no “fazer” do psicólogo, notou-se que as categorias encontradas por meio da compreensão da fala dos participantes convergiram com o embasamento teórico da pesquisa. A aproximação identificada da fala dos peritos com a fundamentação teórica foi uma agradável observação, uma vez que o diálogo provocado pela pesquisa corroborou para confirmação do conceito de perito e identificação desse conceito nos participantes da pesquisa.

Em se tratando da compreensão do conceito de validade, que é um dos propósitos da pesquisa, notou-se, por exemplo, semelhança na fala da especialista Muniz (Vídeo 3), que comenta sobre a importância do psicólogo ter domínio do constructo a ser avaliado, formas de aplicação e interpretação do instrumento psicológico, com o conceito de validade defendido por Ambiel e Carvalho (2017), que caracterizam a validade como um processo de averiguação da existência de fundamentação teórica no instrumento e se a teoria condiz com os constructos que serão mensurados. A partir da contribuição desses especialistas, obteve-se então a clareza de que a validade pode ser interpretada como uma forma de acompanhamento dos objetivos do teste psicológico. E esse conceito aplicado nas avaliações de seleção de pessoas é garantido por meio do psicólogo, uma vez que para realizar a avaliação se faz necessário que o profissional tenha o domínio do que será avaliado para assim escolher o melhor instrumento psicológico para observar e avaliar o constructo.

Em relação ao conceito de fidedignidade, também se notou semelhanças nas contribuições dos peritos com o embasamento teórico da pesquisa. A contribuição da especialista Santos (Vídeo 4) no que tange a respeito da importância do planejamento prévio

da avaliação psicológica corroborou com a fala de Zanon e Hauck (2015) que ao citar sobre fidedignidade comenta sobre os erros de medida e os fatores que impactam o desempenho do indivíduo na avaliação psicológica, e com o posicionamento do CFP (2013) a respeito da responsabilidade da elaboração do planejamento de avaliação. Entrelaçando o conceito dessas contribuições nota-se que a fidedignidade apresenta o objetivo de identificar quais são os erros de medida existentes e mensurar o nível de precisão do instrumento. Conclui-se que esses erros podem ser minimizados por meio do planejamento da avaliação psicológica que consiste em identificar os constructos que serão avaliados, o contexto social do indivíduo, além de garantir um ambiente propício para aplicação do instrumento, realizar a aplicação, correção e interpretação do instrumento conforme orientação do manual a fim de minimizar a presença de erros e possibilitar a sua replicação.

Para garantir a validade e fidedignidade do resultado dos instrumentos psicológicos houve a necessidade de detalhar os desdobramentos da avaliação psicológica, que também compõem o objetivo da pesquisa. Muniz (Vídeo 2) aponta como um dos desdobramentos o fato da avaliação psicológica ser inerente ao processo de formação do psicólogo tal como a resolução nº 005/2012 que alega que a utilização de instrumentos psicológicos são de uso privativo aos psicólogos. Compreender que o psicólogo é o profissional habilitado e autorizado para realização de avaliações psicológicas proporcionou um esclarecimento a respeito do papel do psicólogo como mediador na intervenção e peça fundamental na aplicação, correção e interpretação dos resultados obtidos dos instrumentos psicológicos. O psicólogo adota essa postura essencial no processo avaliativo, pois é o responsável por escolher as estratégias de intervenção (entrevistas, testes e observações), escolher os instrumentos que serão utilizados e realizar essa escolha com a devida cautela a fim de garantir a validade e fidedignidade dos resultados (CFP, 2007).

Com isso para que haja cada vez mais instrumentos válidos e fidedignos é necessário que os psicólogos busquem especializações em avaliação psicológica, uma vez que a utilização de seus instrumentos e técnicas são de uso privativo da categoria. Alchieri (Vídeo 1) já contextualiza que um dos principais desafios da área de avaliação psicológica é a falta de psicólogos devidamente preparados e que prezem por uma formação continuada. Ao mesmo tempo em que a formação continuada é desafio também se torna um impacto ético, pois como há profissionais despreparados e mesmo assim tantas avaliações psicológicas sendo realizadas?

Essa crítica também foi pontuada por Fagundes (Vídeo 3) onde comentou a respeito da banalização dos testes psicológicos aplicados em processos seletivos e o fácil acesso a esses instrumentos pela internet tal como o CFP (2007) relatando sobre o impacto negativo do fácil acesso ao manual dos instrumentos psicológicos. Indago que se o psicólogo é o profissional autorizado a ter acesso aos instrumentos psicológicos, como que ocorreu essa banalização acelerada do processo de avaliação? Quais argumentos éticos esses profissionais se embasaram para disponibilizar as técnicas e manuais dos instrumentos psicológicos?

Segundo Fagundes (Vídeo 3), atualmente há profissionais de psicologia que ensinam como realizar testes psicológicos visando obter o melhor resultado. Com isso, os participantes chegam devidamente treinados para realizar a avaliação psicológica, invalidando assim os resultados atingidos. Esse contexto é um dos principais desafios atuais da avaliação psicológica, uma vez que possui implicações éticas que interferem no fazer do psicólogo.

Com isso, é necessário que o profissional seja cauteloso durante o “fazer” da avaliação psicológica, uma vez que esse processo impacta diretamente outras pessoas (CFP, 2007). Zelar por essas pessoas que se submetem a uma avaliação psicológica e pelas implicações éticas inseridas no processo são de responsabilidade do psicólogo, por isso é tão necessário



estudar sobre o funcionamento e aplicação dos instrumentos psicológicos para proporcionar uma avaliação psicológica mais adequada e ética.

Como mencionado por Urbina (2007), a validade e a fidedignidade são características dos resultados obtidos após a aplicação de um instrumento psicológico e finalização da avaliação psicológica. Com isso, baseado na relação dos resultados da pesquisa juntamente com o embasamento teórico obtido conclui-se que o psicólogo é a “chave para o sucesso” da avaliação psicológica, pois é o profissional apto e responsável por conduzir o processo.

Por fim, o processo de condução da avaliação psicológica a fim de preservar a validade e fidedignidade dos instrumentos utilizados exige conhecimento do profissional, de forma que ele demonstre discernimento para escolher os melhores métodos e técnicas, habilidade para aplicar, interpretar e corrigir os instrumentos de forma verossímil tanto quanto sugerido nos manuais, que busque conhecimento e atualizações sobre sua área de estudo a fim de promover a evolução da ciência. Essa responsabilidade também impacta aos profissionais de psicologia que constroem novos instrumentos psicológicos, que lhe são exigidos conhecimento de implicações éticas, técnicas, constructos, dentre outros requisitos para que o instrumento esteja propriamente favorável para uso.

## Considerações Finais

A presente pesquisa propiciou aprofundar o conhecimento em relação aos instrumentos psicológicos, formas de aplicação e implicações éticas a respeito da área de avaliação e testagem psicológica. Compreender desde os conceitos psicométricos dos instrumentos psicológicos a desafios atuais da área sob a perspectiva de peritos em avaliação psicológica enriqueceu a pesquisa, uma vez que promoveu um espaço de interlocução entre a teoria e a vivência dos profissionais peritos em avaliação psicológica.

Realizar a análise da fala dos peritos em avaliação psicológica foi um grande desafio, uma vez que a análise de conteúdo apresentado na fala dos participantes dos vídeos selecionados apresentou certa limitação no que tange a articulação limitada dos conteúdos apresentados, não havendo assim a possibilidade de aprofundamento dos conceitos apresentados pelos participantes. Com isso, se fez necessário um olhar mais crítico da pesquisadora para articular as informações coletadas com a fundamentação teórica visando promover uma discussão rica e que promovesse reflexões sobre a temática central da pesquisa.

Mesmo com as pequenas limitações de pesquisa, o objetivo foi atingido a fim de compreender a percepção dos peritos a respeito dos conceitos de validade, fidedignidade e suas respectivas implicações na testagem psicológica e também de compreender a importância do papel do psicólogo durante o processo avaliativo e quais os desafios atuais da área.

## Referências

- AERA, APA & NCME (2014). *Standards for educational and psychological testing*. Washington, DC: Autor.
- Anastasi, A e Urbina S. (2000). 7a edição. *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Araújo, M. F (2007). *Psicologia: Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica*. Revista Psicologia: Teoria e Prática, 9(2), 126-141.
- Ambiel, R. A. M., Carvalho, L. F. (2017). *Validade e precisão de instrumentos de avaliação psicológica*. In Lins, M. R. C., Borsa, J. C. (Orgs.) *Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos*. (Cap.8, pp. 244-266). Editora: Vozes. Petrópolis, RJ.
- Andrade, J. M., Sales, H. F. S. (2017). *A diferenciação entre avaliação psicológica e testagem psicológica: questões emergentes*. In Lins, M. R. C., Borsa, J. C. (Orgs.) *Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos*. (Cap.1, pp. 11-41). Editora: Vozes. Petrópolis, RJ.
- Arzeno, M. E. G. (2003). *Psicodiagnóstico clínico*. 2. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Bueno, J. M. H. B., Ricarte, M. D. (2017). *Validade e precisão de instrumentos de avaliação psicológica*. In Lins, M. R. C., Borsa, J. C. (Orgs.) *Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos*. (Cap.3, pp. 244-266). Editora: Vozes. Petrópolis, RJ.
- Caixeta, L. V. e Silva, I.I.C (2014). *Avaliação Psicológica: possibilidades e desafios atuais*. Revista Perquirere, (pp.76-115).
- Cobêro, C, Pereira, F.M & Primi, R (2003). *Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores*. Revista Psicologia: Teoria e Prática (pp. 83-89).

Cunha, J. A, Pérez-Ramos, A.L.M.Q; Jacquemin, A.; Amaral, A. E. V.; Werlang, B. G; Camargo, C. H. P.; Vaz, C.E.; Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; Nascimento, E.; Argimon, I. I. L; Tardivo, L. S. L. P. C.; Tavares, M; Raymundo, M. G. B; Oliveira, M. S; Freitas, N. K.; Nascimento, R. S. G. F.; Ern e, S.A.; Rovinski, S.; Camey, S.; Figueredo, V.L.M.; Trinca, W. (2007). *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed.

Erthal, T. C. (2009). *Manual de Psicometria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Krug, J. C.; Trentini, C. M.; Bandeira, D. R. (2016). *Conceitua o de Psicodiagnóstico na Atualidade*. In Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; Trentini, C.; Krug, J. C. (2016). (Orgs.) *Psicodiagnóstico*. (Cap. 1, pp. 16-20). Porto Alegre: Artmed.

Muniz, J. (2004). *La validación de los tests*. Metodología de las Ciencias del Comportamiento. (pp. 121-141).

Ocampo, M. L. S.; Arzeno, M. E. G; Piccolo, E. G. et al. (2005). *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes

Pacico, J. C.; Hutz, C. S. (2015). Validade. In Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; Trentini, C. (2015). (Orgs.) *Psicometria*. (Cap. 5, pp. 67-77). Porto Alegre: Artmed.

Padilla, J. L., Betinez, I. (2014). *Validity evidence based on response processes*. *Psicothema*, 26 (pp.136-144).

Pasquali, L (1999). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elabora o*. Brasília: LabPAM; IBAP.

Pasquali, L. e Alchieri, J.C. (2001). *Os Testes Psicológicos no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pasquali, L. (2004). *Psicometria - Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis-RJ, Vozes.

Primi, R., Muniz, M., & Nunes, C. H. S. S. (2009). *Definições contemporâneas de validade de testes psicológicos*. In C. S. Hutz (Ed.), *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica* (pp. 243-265). São Paulo, SP: Casa do psicólogo.

Raad, I. L. F, Ximenes, P. (2013). *Contribuições da Psicologia para a Educação*. In Tunes, E. (2013). (Org). *O Fio Tenso que une a Psicologia à Educação*. (Cap. 2, pp. 17-28).

Tavares, M. (2010). *Da ordem social da regulamentação da avaliação psicológica e do uso dos testes*. In Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Avaliação Psicológica. Diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.

Zanon, C.; Hauck, N. Filho. (2015). *Fidedignidade*. Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; Trentini, C. (2015). (Orgs.) *Psicometria*. (Cap. 6, pp. 79-87). Porto Alegre: Artmed.

Zumbo, B. D., & Chan, E. K. H. (2014). *Validity and validation in social, behavioral, and health sciences*. New York: Springer International Publishing.

Lei nº 4.119 de 27/08/1962. *Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo*. Constituição Federal, 1988. Recuperado em 10 de maio de 2017, de [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei\\_1962\\_4119.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf).

Resolução CFP N.º 002/2003. *Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n.º 025/2001*. Recuperado em 10 de maio de 2017, de [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003\\_02\\_Anexo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf).

Resolução CFP n.º 007/2003. *Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.* Recuperado em 10 de maio de 2017, de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf).

Resolução CPF n.º 005/2012. *Altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.* Recuperado em 18 de setembro de 2017, de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Resolucao\\_CFP\\_005\\_12\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Resolucao_CFP_005_12_1.pdf).

Resolução CPF n.º 002/2016. *Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP Nº 001/2002.* Recuperado em 10 de maio de 2017, de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-002-2016.pdf>.

Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Cartilha: Avaliação Psicológica*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Cartilha: Avaliação Psicológica*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2015). *Os testes psicológicos e a exclusividade da Psicologia*.